

Marcio Pestana

Resume

Mr. Pestana holds bachelor of laws, master of laws and doctoral degrees from the Law School of the Pontifical Catholic University of São Paulo (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), or PUC-SP, Brazil.

He is a practicing lawyer in São Paulo, Rio de Janeiro and Brasília, and partner of the law firm of Pestana e Villasbôas Arruda - Advogados.

He is also a Full Professor of Administrative Law at the Law School of Fundação Armando Alvares Penteado – FAAP, São Paulo, Brazil; coordinator of the postgraduate constitutional and administrative law program of the law department of Fundação Armando Alvares Penteado – FAAP.

He is a member of the Brazilian Bar Association, São Paulo and Rio de Janeiro Chapters and a member of the São Paulo Lawyers Institute (IASP).

Árbitro at Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem CIESP/FIESP.

Member of the Management Council of the Secretaria de Serviços e Obras do Município de São Paulo

Personal data

Name	Marcio Pestana
Professional Address 1	Av. São Gabriel, 333, cj. 181 Jardim Paulista - Sao Paulo 01435-001, SP - Brazil Phone number: 11 3079-3999
Professional Address 2	Faculdade de Direito - FAAP Rua Alagoas Higienópolis - Sao Paulo 01000-001, SP - Brazil
e-Mail	e-mail: mpestana@peva.com.br alternative e-mail: marciopestana@hotmail.com

Areas of Expertise

1. Administrative Law
2. Tax Law
3. Corporate Law

Languages

Portuguese
English

Bibliographic Production

Articles Published in Scientific Journals

- Public Administration and Arbitration.** Administração Pública e a Arbitragem. Revista da Faculdade de Direito - Fundação Armando Álvares Penteado (Cessou em 2007. Cont. ISSN 2175-2230 Revista Juris da Faculdade de Direito). , v.7, p.39 - 45, 2012.

2. **Constitutional Amendment Unconstitutional: an invitation to reflection.** Emenda Constitucional Inconstitucional: um convite à reflexão. Revista Juris da Faculdade de Direito. , v.5, p.117 - 118, 2011.
3. **Tax Amnesty and the Principles of Equality, Reasonableness and Proportionality.** Anistia Fiscal e os Princípios da Isonomia, Razoabilidade e Proporcionalidade. Revista da Faculdade de Direito. Fundação Armando Álvares Penteado. , v.1, p.215 - 226, 2002.
4. **Unconstitutionality and Prescription on Restitution Tribute.** Inconstitucionalidade e Prescrição na Restituição do Tributo. Revista dos Tribunais. Cadernos de Direito Constitucional e Ciência Política. , v.12, p.218 - 240, 1995.

Books Published

1. **Anti-Corruption Law. Systematic examination of Law 12.846/2013.** Lei Anticorrupção. Exame sistematizado da Lei n. 12.846/2013. Barueri: Manole, 2016, v.1. p.202.
2. **Brazilian Administrative Law – 4. ed** Direito Administrativo Brasileiro. São Paulo: Atlas, 2014, v.1000. p.729.
3. **Competitive Public Bidding Processes in Brazil. An integrated analysis of Laws 8,666 (1993) and 10,520.** Licitações Públicas no Brasil. São Paulo: Ed. Atlas, 2013, v.1. p.943.
4. **Brazilian Administrative Law – 3. ed** Direito Administrativo Brasileiro. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, v.1. p.695.
5. **Brazilian Administrative Law – 2. ed.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2010 p.700.
6. **Evidence in Administrative Tax Proceedings** A Prova no Processo Administrativo Tributário. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2007, v.1. p.287.
7. **Brazilian Administrative Law – 1. ed** Direito Administrativo Brasileiro. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2007, v.1. p.585.
8. **Public-private Partnerships and Competitive Bidding Laws** A Concorrência Pública na Parceria Público-Privada (PPP). São Paulo: Ed. Atlas, 2006, v.1. p.155.
9. **The Principle of Tax Immunity** O Princípio da Imunidade Tributária. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2001, v.1. p.344.

Chapters of Books Published

1. **Tipping in Brazil: controversies legal issues.** Tombamento no Brasil: questões jurídicas polêmicas In: Direito Imobiliário Brasileiro. Novas fronteiras da legalidade constitucional.1 ed. São Paulo: Ed. Quartier Latin, 2011, v.1, p. 775-790.
2. **Liability of the State for Damage Caused by dealers in Public Private Partnerships.** Responsabilidade Civil do Estado por Danos Provocados por Concessionários em Parcerias Público Privadas In: Responsabilidade Civil do Estado. Desafios Contemporâneos ed. São Paulo : Editora Quartier Latin do Brasil, 2010, p. 592-605.
3. **Exorbitance in Administrative Contracts.** Journal of Administrative Law and Infrastructure. São Paulo: Ed. RT, 2017.

Articles in News Papers

1. **The prescription in the Anticorruption Law.** Jornal Valor Econômico. São Paulo. 2017

2. ***Unconstitutional softening of sentences imposed on the State.*** A inconstitucional suavização das condenações impostas à Fazenda. Monitor Mercantil Digital. São Paulo, 2009.
3. ***Bidding deserves to be prioritized.*** A licitação merece ser priorizada. Tribuna do Direito. São Paulo, p.p. 12, 2009.
4. ***Bidding suffers from the legislature's disinterest.*** A Licitação sofre com o desinteresse do Legislativo. Conjur. São Paulo, 2009.
5. ***The Onerous Grant of Building Law requires extra attention.*** A Outorga Onerosa do Direito de Construir exige redobrada atenção. Migalhas. São Paulo, 2009.
6. ***Public administration abuses of temporary hiring.*** Administração Pública abusa das contratações temporárias. Consultor Jurídico. www.conjur.com.br, 2009.
7. ***State should indemnify if does not meet commitments.*** Estado deve indenizar se não cumpre compromissos. Consultor Jurídico. São Paulo, 2009.
8. ***The Joy Train of Temporary Contracts.*** O Trem da Alegria das Contratações Temporárias. Migalhas. www.migalhas.com.br, 2009.
9. ***Commitments broken by the state.*** Os compromissos rompidos pelo Estado. Monitor Mercantil. , 2009.
10. ***Bidding and ir(regularity) Tax.*** Licitação e a ir(regularidade) fiscal. Diário de Notícias. São Paulo, 2008.
11. ***Public Competition in Public Private Partnership.*** A Concorrência Pública na Parceria Público Privada. Carta Forense Jornal Jurídico On Line. São Paulo, 2006.
12. ***Constitutional Amendment Unconstitutional. New Law of Social Security.*** Emenda Constitucional Inconstitucional. Nova Lei da Previdência. São Paulo, 2003.
13. ***Central Bank, Importers and Provisional Measures.*** Gazeta Mercantil. São Paulo, p.p.2, 2002.

14. ***Provisional Measure lasting unconstitutional.*** MP duradoura é inconstitucional. Gazeta Mercantil. São Paulo, p.p.2, 2002.

15. ***The Administrative Process and Tax Amnesty.*** O Processo Administrativo e a Anistia Fiscal. Gazeta Mercantil. São Paulo, p.p.2, 2002.

Magazine Articles

1. ***Arbitration, Public Service Concession and the disruption of the economic and financial balance of the contract.*** Arbitragem, Concessão de Serviços Públicos e o rompimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato. Revista Direito ao Ponto. São Paulo, p.46 48, 2013.

2. ***Soft sentences to the Treasury.*** Condenações suaves à Fazenda Pública. Visão Jurídica. São Paulo, 2010.

3. ***Olympiad and World Cup: news in Bidding.*** Olimpíada e Copa do Mundo: novidades na Licitação. Fórum Empresarial. , 2010.

4. ***Favoring disguised.*** Favorecimento disfarçado. Visão Jurídica. São Paulo, p.p. 3839, 2009.

5. ***PPP Protected by Law.*** PPP Protegidas pela Lei. Visão Jurídica. , p.p.3233, 2007.

6. ***The Public Private Partnership (PPP).*** A Parceria Público Privada (PPP). Gerente de Cidade. São Paulo, p. 49-50, 2006.

7. ***Educational Psychology and Resolution 03/95.*** Psicopedagogia e a Resolução 03/95. Psicopedagogia Revista da Associação Brasileira de Psicopedagogia. São Paulo, 1996.